

Por dentro da terceirização

Desde que assumiu a presidência da Câmara Federal, no início deste ano, o deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ) vem colocando em votação projetos de lei polêmicos sem qualquer debate com a sociedade. Um deles é o PL 4330 - que regulamentaria a terceirização em todas as atividades da empresa.

A proposta, de fato, seria boa se garantisse direitos aos cerca de 12 milhões de prestadores de serviços, sem mexer nos benefícios dos demais 40 milhões de trabalhadores brasileiros com carteira assinada. Mas, não é o que acontece.

Quem participou do debate no dia 15 de junho na OAB (Ordem dos Advogados do Brasil), em Salvador, pode constatar. Cercado por muitos empresários, um dos convidados, deputado federal Arthur Maia (SD-BA), relator do projeto na Câmara, defendeu a medida e reafirmou que há benefícios para os trabalhadores.

Porém, na verdade, a iniciativa pode aprofundar o trabalho precarizado. De acordo com o Ministério do Trabalho e Emprego e do Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos), em

média, o terceirizado possui salário 28% menor e a permanência no emprego é de apenas 2,8 anos, contra 5,2 dos contratados. Soma-se a isso, o fato de que para cada 10 acidentes de trabalho, sete são prestadores de serviços.

Preocupados com os riscos que a proposta representa, os diretores da AGECEF-BA (Associação dos Gestores da Caixa) fizeram questão de marcar presença no debate da OAB, dia 15, e ficaram indignados com o posicionamento de Arthur Maia. "O cenário mostra que a luta não será fácil", conclui o presidente Antônio Messias.

E não será mesmo. O projeto já passou pela Câmara e agora está em debate no Senado. A pressão do empresariado pela aprovação é grande. Mas, muitos especialistas têm alertado para os perigos.

É o caso do presidente da ABAT (Associação Baiana de Advogados Trabalhistas), Emerson Mangabeira, também presente no evento da OAB. Para ele, "a lei traz pontos duvidosos. Os que já são terceirizados podem vir a ter a proteção, mas com isso, o trabalho dos outros 40 milhões será precarizado".



AGECEF-BA presente em debate sobre terceirização na OAB

Saiba mais

PERGUNTAS	RESPOSTAS
A terceirização pode aumentar o desemprego?	A terceirização pode aumentar o desemprego, sim. Os contratos de trabalho precários, como dos terceirizados, possuem uma série de prejuízos. Em relação à jornada é comprovado que o terceirizado trabalha 3 horas a mais por semana e aumentar o tempo de trabalho é uma forma de não fazer contratações.
O projeto pode retirar benefícios, como 13º salário e férias?	Essa é uma das mais perversas consequências da terceirização. O projeto autoriza a contratação de PJ (Pessoa Jurídica), que, justamente pela característica do contrato, não tem direito a esses benefícios citados.
A terceirização pode acabar com os concursos públicos?	O projeto aprovado pela Câmara Federal permite a terceirização em todas as empresas públicas, privadas e de sociedade mista. Ou seja, até os bancos públicos poderão ter o quadro formado por terceirizados. A proposta abre precedente ainda para a criação de empregos políticos.

Diretoria da FENAG será empossada em julho

A nova diretoria da FENAG (Federação Nacional das Associações dos Gestores da Caixa) toma posse no dia 2 de julho. A solenidade acontece em Brasília. Encabeçada pelo presidente Nilson Moura, a chapa única *Mais Fenag, mais gestor* recebeu 2.732 votos diretos dos associados das AGECEF's nas eleições, que aconteceram em maio.

O grupo, que assume o comando da entidade para o biênio 2015/2017, reafirma o compromisso de representar os gestores junto à Caixa, a sociedade e as entidades representativas dos empregados. O principal papel é levar propostas de interesse dos gerentes da instituição, defender os direitos e propor melhorias nas condições de trabalho.

NOSSA AGECEF

O Jornal da Associação dos Gestores da Caixa - Bahia

Nº 12 - Junho de 2015



Presidente: Antonio Messias Bastos

Prontos para a campanha



Depois de definirem a pauta específica durante o Conecef, os bancários da Caixa se preparam para as definições unificadas

Conferência Interestadual acontece nos dias 11 e 12 de julho. Participação dos gestores é fundamental

Página 2

Após três dias de amplos debates no 31º Conecef, empregados da Caixa definem pauta específica

Página 3

Fique por dentro de tudo sobre a terceirização e saiba o que pode mudar no mundo do trabalho

Página 4

Gestor deve participar da campanha

A campanha salarial é o momento de importantes decisões para os bancários e os gestores não podem ficar de fora. O segmento também tem demandas e deve apresentá-las, para que as soluções sejam dadas.

Um bom momento para apresentar as questões, que muitas vezes são desconhecidas da maioria, é durante a Conferência Interestadual da Bahia e Sergipe. O evento

acontece nos dias 11 e 12 de julho, às 8h, no hotel Portobello, em Ondina, Salvador.

Depois de definidas as demandas, os bancários se preparam para a Conferência Nacional, que acontece entre os dias 31 de julho e 2 de agosto, em São Paulo. O momento é o mais importante antes da negociação com a Fenaban (Federação Nacional dos Bancos) e os gestores novamente devem marcar forte presença.

É preciso ter voz para apresentar os problemas e buscar as resoluções. Sem a participação do segmento, as melhorias não virão. A AGECEF-BA (Associação dos Gestores da Caixa) participa, mas é preciso que os demais também se posicionem.

Com tantas questões, é fundamental que todos participem de alguma forma e ajudem a fazer das Conferências um amplo espaço de debates democráticos.

Encontro da Unidas

Uma reunião muito produtiva, onde os participantes puderam debater amplamente sobre saúde e os planos de autogestão. Assim foi marcado o encontro da Unidas (União Nacional de Instituições de Autogestão em Saúde), realizado no final de maio. A AGECEF-BA (Associação dos Gestores da Caixa) marcou presença.

A diretora Magale Guimarães Pereira destaca que é fundamental que os participantes dos planos tenham noção de pertencimento, um tema bastante discutido na reunião. "Os usuários devem interagir bastante com os planos de saúde, buscar conhecer toda a sistemática", explica.

Um ponto importante é que o plano de autogestão tem uma metodologia diferente do plano privado, ou seja, não visa o lucro. Hoje, 5,3 milhões de pessoas são atendidas pelos planos de autogestão, inclusive os empregados da Caixa. Por isso, é fundamental o conhecimento.

A orientação é para que o usuário mantenha um diálogo constante, evitando recor-

rer à Justiça quando houver um problema. O presidente da Unidas, Anderson Antonio Monteiro Mendes, durante a explanação, ainda destacou um dado muito relevante.

Atualmente, 40% dos casos de morbimortalidade (doença e morte) decorrem do estilo de vida da pessoa, 30% por conta do ambiente, 20% por falta de acesso aos serviços de saúde e 10% por questões genéticas. Os índices mostram que o ritmo frenético do mundo atual é o principal responsável por patologias e mortes.

Reunião

Essa foi a primeira de muitas reuniões promovidas pela Unidas. A intenção é mostrar como funcionam os planos de autogestão e debater temas que envolvem o sistema de saúde do Brasil e do mundo.

Na avaliação da diretora da AGECEF-BA, Magale Guimarães, "o encontro foi muito importante para chamar a atenção do beneficiário para a noção de pertencimento, ou seja, o plano é de todos".



Dados alertam que 40% dos casos de doenças e mortes decorrem do estilo de vida do cidadão



Informativo publicado sob a responsabilidade da AGECEF-BA (Associação de Gestores da Caixa). Presidente: Antonio Messias Bastos Diretor de Comunicação: Paulo Roberto do Amor Divino. Textos: Redação AGECEF-BA. Editoração: Rose Lima e Ana Beatriz Leal. Edição fechada em 23.06.2015. Tiragem: 2.000 exemplares.

Pauta específica está definida

A pauta de reivindicações específicas dos empregados da Caixa para a campanha salarial deste ano está definida. Entre as prioridades, isonomia, revogação do normativo que proíbe a substituição em efeito cascata, melhorias nas condições de trabalho, mais contratações, fim das metas abusivas e do programa GPD (Gestão de Desempenho de Pessoas).

As deliberações foram tomadas após três dias de debates, no 31º Conecef (Congresso Nacional dos Empregados da Caixa), que aconteceu no início de junho.

Também fazem parte da minuta, medidas e garantias em caso de assaltos e sequestros para as vítimas e familiares, melhoria e ampliação no atendimento do Saúde Caixa, extensão do plano para os empregados que se aposentaram por meio de PADVs, auxílio-alimentação e cesta-alimentação aos aposentados e pensionistas, inclusive aos desligados em PADV e retomada do modelo de Agência Segura.

No encontro, os 348 delegados de todo o país (198 homens e 150 mulheres) ainda decidiram pela manutenção da mesa única com a Fenaban (Federação Nacional dos Bancos) e negociação concomitante com a Caixa das questões específicas.

O presidente da AGECEF-BA, Antonio Messias Bastos, presente do Congresso, lembra que as decisões foram positivas. "Agora, vamos levar as demandas para a

Conferência Nacional dos Bancários, que ocorre de 31 de julho a 2 de agosto, em São Paulo".

O encontro foi bastante produtivo. Os empregados do banco ainda decidiram

pela formação de um Fórum Nacional em defesa da Funcef, para discutir as questões relacionadas à Fundação, sobretudo, o plano de equacionamento do déficit do Reg/Replan Saldado e Não Saldado.



Diretores da AGECEF-BA marcam presença no Conecef. A pauta específica da Caixa está definida. Bancários agora participam das Conferências Interestadual e Nacional



AGECEF-BA na Superintendência Regional



Diretores da AGECEF apresentam plano de trabalho à SR

O presidente da AGECEF-BA, Antonio Messias Bastos, e os diretores Antônio Vianna e Paulo

de Souza, para apresentar o plano de trabalho que tem o intuito de subsidiar os estudos para a equalização de pessoas.

O superintendente se mostrou solícito e, inclusive, prometeu disponibilizar um representante para ajudar nas atividades. Ficou decidido que um grupo de trabalho ou comissão, formado por gestores da rede, seria criado para entender a realidade nas agências.

O objetivo é conciliar os pressupostos elencados no PRC (resultado, rentabilidade e produtividade) com a possibilidade de uma avaliação mais apurada nas agências vinculadas, de maneira a verificar a compatibilidade das

informações e evitar a implantação de medidas de equalização de pessoal com alguma distorção, além de dar mais transparência ao processo de ajustes.

Ofício

Um das deliberações da reunião era de que a proposta apresentada pela AGECEF-BA seria levada ao colegiado da SR. Depois, um novo encontro seria agendado para debater a metodologia do trabalho. Interessada em dar seguimento ao processo, a entidade enviou, em 17 de junho, ofício para o superintendente Luiz Antônio Souza, solicitando a previsão de data para a reunião.